

## **A Terra do Leite e do Mel**

**Eduardo Paz Ferreira**

A 1 de Janeiro de 1986, Portugal passava a ser membro das Comunidades Europeias, depois de um processo de negociação que se estendeu por longos anos após a entrega do pedido formal de adesão, em 1977, por Mário Soares e Medeiros Ferreira, em contraste com o que viriam a ser as rapidíssimas adesões dos Estados da Europa Central e Oriental.

A nossa entrada nas Comunidades correspondeu à concretização de um projecto assumido pelos cidadãos portugueses na sua quase totalidade. Víamos, então, a Europa como aquilo que Alain Minc, ainda há pouco, qualificava como um pequeno canto do paraíso, imagem bem mais fácil de aceitar naquele período do que nos dias que correm.

Nas Comunidades Europeias encontrávamos não só o apoio às nossas instituições democráticas, como o encerramento do período de trevas, consubstanciado no salazarento orgulhosamente só. Com os pais fundadores da integração europeia acreditámos num espaço de solidariedade e entreaajuda mútua que contribuiria para um progresso de todos os povos reunidos.

Acreditámos que, à sombra das duas bandeiras, que aqui honramos neste palco, mantendo a nossa soberania e integrando-nos numa união de Estados, iríamos construir uma Europa viva e organizada indispensável para a manutenção de relações pacíficas e que constituiria para todos os países do mundo sem distinção nem exclusão, uma ocasião para a melhoria do nível de vida. Acreditámos porque o tínhamos lido no documento fundador da União – a Declaração Schuman.

Não lemos – ou não prestámos a devida atenção – àquilo para que Pierre Mendès France – a grande referencia moral da sua geração – alertara, em 1957: o projecto do mercado comum, tal como ele nos é apresentado baseia-se no liberalismo clássico do século XIX, segundo o qual a concorrência pura e simples regula todos os problemas. A abdicação de uma democracia pode ocorrer por duas formas, ou através de uma ditadura externa assente na entrega de todos os poderes a um homem providencial ou pela delegação de poderes numa autoridade exterior que, em nome de uma técnica, exercerá na realidade o poder político, porque em nome de uma economia sã se acaba por ditar uma política monetária, orçamental, social e,

finalmente uma política no sentido mais largo do termo, nacional e internacional.

Nas Comunidades Europeias antevíamos a terra de leite e de mel. Do deserto passaríamos para a terra donde jorrava o leite e o mel, sob a mais prosaica forma dos fundos comunitários que, ainda antes da adesão, tinham começado a fluir e a criar condições para um desenvolvimento económico-social nunca antes experimentado.

Faltou-nos, talvez, o Moisés que nos conduzisse à terra sonhada através de todas as provações e, seguramente, o papel dos descrentes que duvidaram da palavra de Deus foi razoavelmente representado por quantos fizeram utilizações fraudulentas dos fundos comunitários e neles viram uma ocasião para melhorar o bem estar individual e não o colectivo.

Não esperávamos, seguramente, que a ira de Deus fosse substituída pela teologia da culpa da chanceler Merkel. Atordoados, reconhecemos: nossa culpa, nossa máxima culpa, porque pecámos por pensamentos palavras, actos e omissões. Confessámos e dispusemo-nos à expiação. Começamos a percorrer a via sacra, com a vaga suspeita de que nos esperam bem mais do que catorze estações, e cada vez menos crentes na ressurreição.

Apóstolos devotos, como Jean Claude Junker, vindos até nós para pregar o novo/velho credo, garantiram-nos que a crise não era do Euro, mas apenas de uns tantos países malcomportados. Tanto zelo e tanta fé não conseguiram - é certo - convencer uns tantos infieis impenitentes.

Como na história de Andersen, alguns começaram, todavia, a suspeitar que o rei ia nu e quando as dificuldades antes experimentadas pela Grécia, pela Irlanda e por Portugal se estenderam a Itália, à Espanha e, por fim até à própria Alemanha, o clamor começou a ser geral.

Que querem e que pretendem, então, aqueles que pedem e reclamam: a dissolução do Império? A destituição do Rei ou da Rainha ? Alguns seguramente que sim, mas a maioria, a vasta maioria e – estou certo - quase todos os que se juntaram hoje nesta sala, uma coisa muito mais simples.

Queremos recuperar a nossa voz, reafirmar as bases das sociedades democráticas, desafiar o pessimismo inerte, a morte anunciada, substituindo-a por um novo pacto fundador da aliança entre os povos da Europa que possa devolver o Continente à sua antiga condição e poder e até permitir ao rei - ou a rainha - um muito maior esplendor.

Não nos conformamos com a ideia de que a Europa se torna num Continente irrelevante, olhado apenas como uma fonte problemas. Um Continente que, incapaz de ordenar a casa e resolver os seus problemas, olha atordoado para os países emergentes a quem implora um pouco de força, ou de dinheiro.

A nossa humildade para reconhecer que estes países são parceiros iguais deve correr de mãos dadas com a nossa decisão de compreender as razões do seu sucesso ou com a coragem de aceitar o que nos dizem países como o Brasil que, em certo momento, aceitaram políticas como aquelas que tomaram conta da Europa e só vieram a crescer quando se livraram desse jugo.

Mas é, sobretudo, no interior da Europa que se devem posicionar as nossas energias e capacidade de inovação. Até agora o que fez a Europa, assolada por uma crise de dimensões gigantescas? Como respondeu Martin Wolf, fez demasiado pouco e fez demasiado tarde. É, pois, tempo de tentar outras alternativas.

O anúncio de que os Tratados irão ser revistos, saído de mais uma das inúmeras cimeiras entre a Alemanha e a França, para decidir do nosso destino, poderia abrir a esperança de que a Europa estaria decidida a seguir esse caminho.

Já sabemos, no entanto, que respostas económicas tais como a maior intervenção do Banco Central Europeu ou a criação de obrigações europeias, defendidas por um número crescente de personalidades, com relevo para o nosso Presidente da República, não estarão em cima da mesa.

Dir-se-ia que os políticos europeus insistem em dar razão a Georges Orwell, quando afirmava que as verdades que são mais difíceis de reconhecer são aquelas que estão na frente do nosso nariz.

Mas, o que é, porventura, mais preocupante é que tudo indica, a julgar pelo método que está na origem da revisão dos Tratados que, mais uma vez, se irá tentar fazer uma alteração que não leva em conta a voz dos cidadãos europeus e em que o debate político é sacrificado.

Mais ainda: a maior integração para que se pretende caminhar parece estar apenas focalizada na garantia de controlo dos países em dificuldade, obrigando-os, de forma ainda mais inequívoca, a políticas de austeridade e empobrecimento. Seguramente que um orçamento central europeu não se destinará, nem terá os meios, para cumprir as clássicas funções de Musgrave: alocação, estabilização e redistribuição.

E, no entanto, pelo menos desde os anos setenta que o Relatório Macdougall, sustenta a necessidade de um orçamento mais forte que permitisse às economias mais débeis a participação plena na integração económica, privilegiando a protecção dos desempregados e o apoio às regiões mais débeis.

Pouco antes de morrer, o grande intelectual português Vitorino Magalhães Godinho alertava – com uma actualidade que só aumentou ante o anúncio da revisão dos Tratados: “fala-se muito em refundar a Europa, em levá-la a um novo arranque – mas só se propõem estafadas soluções que evitam atacar o mal, e teima-se em tratar de tudo em circuito fechado, sem participação dos cidadãos, escamoteando a vontade geral”.

A circunstância de a representação da Comissão Europeia e do Gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa terem apoiado esta realização leva-nos a ter esperança que estas práticas ainda possam ser invertidas. Do mesmo modo, Senhor Secretário de Estado, a sua presença nesta sessão, que saúdo e agradeço vivamente, o empenho demonstrado pelo Ministro Paulo Portas em tentar estar presente apesar da sua intensa agenda internacional, bem como a sua participação no livro e o apoio institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros revelam uma abertura e preocupação ao debate científico e cívico que muito me apraz registar.

O apoio recebido da Fundação de Ciência e Tecnologia representa também uma demonstração de que a Fundação pretende uma Universidade activa e empenhada na busca de respostas para os problemas da colectividade. De tradicionais parceiros do IDEFF veio uma ajuda para a viabilização da conferência, que agradecemos igualmente.

Uma frase antiga de Jacques Ruef – a Europa far-se-á pela moeda ou não se fará – tendeu a ser durante muito tempo recordada e fundamentadora da necessidade do euro. Também creio que a Europa unida exige uma moeda, mas a unidade europeia, essa, só se pode fazer com base no sentimento das suas populações, ao qual há que dar maior espaço de expressão.

É isso que tentamos fazer com este Congresso e com o livro *25 Anos na União Europeia. 125 Reflexões* e muito nos orgulhamos da resposta que recebemos. Em torno dele mobilizámos centenas de pessoas e de boas vontades. No espaço de pouco mais do que um mês 125 pessoas disponibilizaram-se para partilhar as suas reflexões sobre a Europa.

O extraordinário livro que daqui resultou estará à venda na quarta-feira, editado pela Almedina, a nossa parceira tradicional, sempre disponível para a edição

jurídica que a celebrizou, mas também para os textos de reflexão sobre a economia e a sociedade.

Universitários, políticos, intelectuais, artistas, homens de religião e agentes económicos sociais juntam-se numa reflexão transversal, que atravessa o espectro político e junta gerações muito diferenciadas. A leitura do livro confirma uma ideia que tenho expressado muitas vezes e que é a de que é imensa a qualidade dos nossos universitários, dos cientistas, dos nossos escritores, dos nossos pintores, dos nossos músicos e de tantos outros que se impõem ao respeito do Mundo.

Reunimos, neste congresso, mais de sessenta oradores e moderadores. Inscreveram-se e por cá passarão por estes dias, centenas de participantes.

Procurámos, também, captar o sentimento da sociedade portuguesa, promovendo uma ampla sondagem de opinião, cujos resultados figuram na brochura do congresso e nos serão apresentados esta tarde.

A sondagem revela uma população informada e preocupada, com opiniões maioritárias que reforçam a convicção de que devemos defender a nossa manutenção na União Europeia e no euro, ao mesmo tempo que lutamos por novas e melhores soluções.

O grande esforço e sacrifício pessoal que está por trás desta realização foi amplamente recompensado.

Orgulho-me, especialmente, de poder dar continuidade ao trabalho do Professor Paulo Pitta e Cunha que há vinte e cinco anos fundou o Instituto e o manteve ao longo de todo esse período como um impressionante polo de reflexão e difusão dos estudos europeus. Para ele vai a minha homenagem e o meu agradecimento pelo exemplo, pelo apoio, pela confiança.

É a sua obra e, sob a sua orientação, que vamos continuar. Entre muitos outros méritos, Paulo Pitta e Cunha teve o de nos ensinar a importância de ter ideias em matéria de integração europeia e de as defender a todo o custo.

Vitorino Magalhães Godinho, já anteriormente referido, recordava a propósito de Portugal, a célebre interrogação de Antero de Quental, “Mas, Ex.mo Senhor, será possível viver sem ideias?” Seguramente a questão coloca-se, com mais pertinência ainda, a propósito da Europa. São, no entanto, muitos os que, em toda a União, pugnam para que assim não seja. Fazemos parte deste intenso movimento.

Continuaremos a fazê-lo e, em cada momento e pelas formas adequadas, saberemos identificar a forma de fazer ouvir as nossas ideias.

Neste dia em que celebramos a consagração do fado como património mundial imaterial da UNESCO e, conseqüentemente, como algo que partilhamos com os restantes povos, graças aos grandes cantores e cantoras do passado mas, porventura, especialmente àqueles que renovaram a canção e nos ensinaram que ela não é só sofrimento e resignação, alegro-me de concluir com um belo texto que Cristina Branco escreveu para nós:

Que União Europeia queremos? - penso se alguma vez senti isto com o discurso de um político, um religioso, um filósofo, um pensador. Penso nos sonhos de sonhadores como Jean Monnet que nos trouxeram até uma ideia de Europa perdida nos caudais que se evaporam dos ideais românticos. Penso que tenho tanto de desesperançada a ver esta Europa em *via crucis*, desgovernada, presa a contas e dívidas, a balanços e balancetes, a novelas de histórias políticas mal contadas, a eternos jogos de poder, a golpadas, uma Europa infantil que soube fazer estradas mas não soube crescer e acautelar o seu futuro. Uma Europa que não tratou do seu ser como quem cuida de um filho ou de um casamento. Há também a Cristina romântica que quer acreditar numa Europa pacificada, atenta, esclarecida, lúcida, livre, criativa, onde os seus filhos possam crescer, estudar, percorrer as suas vidas. Uma Europa que não se esgota nos seus países membros mas nas pontes que a ligam historicamente a todo o mundo. Uma Europa que aprendeu as lições da arrogância, da hipocrisia, da usura e já não precisa de ajoelhar-se em penitência pelos seus erros. Uma Europa que acolhe os seus membros como eu fui acolhida em todos os sítios em que cantei”.

Assim seja. Que a Cristina continue a cantar e a acreditar